

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Ferdinand Stefan

*Recorrido:* Bundesminister für Land- und Forstwirtschaft, Umwelt und Wasserwirtschaft

**Questões prejudiciais**

1. Quanto à validade da Diretiva 2003/4/CE <sup>(1)</sup>, sobre informação ambiental:

Nos termos do artigo 267.º, primeiro parágrafo, alínea b), do TFUE, pergunta-se: a Diretiva 2003/4/CE sobre informação ambiental é válida na sua totalidade, ou apenas parcialmente válida, tendo em conta, em especial, o artigo 47.º, segundo parágrafo, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia?

2. Quanto à interpretação da Diretiva 2003/4/CE, sobre informação ambiental:

No caso de o Tribunal de Justiça da União Europeia considerar válida na sua totalidade a Diretiva 2003/4/CE sobre informação ambiental, ou de só a considerar parcialmente válida, coloca-se, nos termos do artigo 267.º, primeiro parágrafo, alíneas a) e b), do TFUE, a seguinte questão: em que medida e em que condições as disposições da diretiva sobre informação ambiental são compatíveis com as disposições da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e com as disposições do artigo 6.º do TUE?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente e que revoga a Diretiva 90/313/CEE do Conselho (JO L 41, p. 26).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Kúria (Hungria) em 19 de junho de 2013 — Weigl Ferenc/Nemzeti Innovációs Hivatal**

(Processo C-332/13)

(2013/C 274/05)

*Língua do processo:* húngaro

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Kúria

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Weigl Ferenc

*Recorrido:* Nemzeti Innovációs Hivatal

**Questões prejudiciais**

1. Deve a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ser considerada aplicável à relação jurídica [laboral] dos funcionários do Governo e dos funcionários públicos?
2. Deve o artigo 30.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ser interpretado no sentido de que a disposição que contém, relativa à proteção contra os despedimentos sem justa causa, deve ser aplicada independentemente de o Estado-Membro não se considerar vinculado pelo artigo 24.º da Carta Social Europeia revista?
3. Em caso de resposta afirmativa, deve o artigo 30.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ser interpretado no sentido de que uma disposição nacional nos termos da qual se pode despedir um funcionário do Governo sem lhe comunicar os motivos do despedimento integra o conceito de «despedimento sem justa causa»?
4. Deve a expressão «de acordo com o direito da União e com as legislações e práticas nacionais», constante do artigo 30.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ser interpretada no sentido de que o Estado-Membro pode delimitar, por via legislativa, uma categoria especial de pessoas relativamente às quais o artigo 30.º pode não ser aplicável em caso de extinção da sua relação jurídica [laboral]?
5. Em função da resposta às questões 2 a 4, deve o artigo 51.º, n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ser interpretado no sentido de que, no que diz respeito aos funcionários do Governo, os tribunais nacionais não devem aplicar as normas nacionais contrárias ao artigo 30.º da mesma?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Amtsgericht Rüsselsheim (Alemanha) em 25 de junho de 2013 — Erich Pickert/Condor Flugdienst GmbH**

(Processo C-347/13)

(2013/C 274/06)

*Língua do processo:* alemão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Amtsgericht Rüsselsheim